PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº, DE 2021 (Do Sr. Otto Alencar Filho)

Altera a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 18-A^o

- § 4º A. Observadas as demais condições estabelecidas nesta Lei, poderão optar pela sistemática de recolhimento de que trata o caput deste artigo, o empresário individual que exerce:
- I atividade de comercialização e processamento de produtos de natureza extrativista;
 - II profissionais advogados;
 - III profissionais contadores." (NR)
- **Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor em 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO





Os advogados e contadores não fazem parte das categorias optantes pelo enquadramento simplificado referente aos microempreendedores individuais.

A lei precisa ser aprimorada, é necessário um olhar mais atento por parte deste parlamento, no sentido de entender às necessidades destes profissionais que exercem serviço essencial a sociedade brasileira. Diversos profissionais exercem as suas atividades de forma autônoma, individual, como empresário de si mesmo. Não se está aqui a falar de grandes empresas, mas dos advogados e contadores que exercem sua atividade nos limites e termos do enquadramento simplificado referente aos microempreendedores individuais. Assim, tendo por princípio a equidade no sistema tributário brasileiro, rogo aos meus pares o apoio para a aprovação do projeto.

Sala das Sessões, em de de 2021.

DEP. OTTO ALENCAR FILHO PSD/BA



